

Gabinete do Vereador Márcio Beraldo

A Câmara Municipal de Campo Largo

INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI Nº 125/2017

Sumula: “Institui o Programa Municipal de Conservação e Manutenção de Estradas e Pontes na Zona Rural do Município de Campo Largo e dá outras providencias”

Art. 1º - Fica Instituído o Programa Municipal de Conservação e Manutenção de Estradas e Pontes na zona Rural do Município de Campo Largo, visando proporcionar condições adequadas de tráfego e acesso às propriedades rurais, inclusive para a garantia da adequada prestação de serviços públicos e o satisfatório escoamento da produção Agropecuária.

Art. 2 – Para a efetiva execução do programa, o Município, atendidas as regras e princípios que regem a administração pública, bem como os critérios de conveniência e oportunidade, quando for o caso, adotará as seguintes providências:

I – Desenvolver e executar serviços de abertura, conservação e manutenção das estradas e pontes;

II – Proceder á abertura de bacias de captação das águas pluviais que percorrem as estradas, visando impedir o represamento, a erosão e o assoreamento das estradas;

III – Corrigir o traçado original das estradas, amenizando as curvas, aclives ou declives acentuados;

IV – Firmar termos de parcerias com eventuais interessados em fornecer materiais ou serviços necessários à consecução do Objeto desta lei.

Parágrafo Único – São considerados Materiais para os fins desta lei, dentre outros, cascalho, vigas de aço, madeira, metal, materiais de construção em geral.

Art. 3 – Os materiais ou serviços objeto do termo de parceria, de



Gabinete do Vereador Márcio Beraldo

doação ou qualquer outra forma de ajuste deverão ser empregados, preferencialmente nas estradas principais localizadas nas proximidades da propriedade rural do parceiro ou doador.

Parágrafo Único. Ao parceiro serão assegurados a conservação e a realização de reparos nas estradas secundárias de acesso às estradas principais e/ou outros serviços equivalentes, observados critérios de conveniência e oportunidade, bem como o estabelecimento em regulamento, em termo de parceria ou ordem de serviço.

Art. 4º - Compete aos proprietários, possuidores, arrendatários e parceiros:

I – Limpar, desobstruir e conservar os cursos de água ou valas existentes em suas propriedades, objetivando impedir a erosão, assoreamento e o represamento de águas pluviais nas estradas;

II – Realizar podas regulares em eventuais cercas vivas existente em sua propriedade, mantendo-as no limite das divisas, de maneira a garantir livre circulação de veículos e pessoas.

III – Executar obras e serviços nas propriedades visando impedir que águas pluviais atinjam as faixas das estradas;

Art. 5º - É proibido aos proprietários, possuidores, arrendatários e parceiros:

I - Despejar ou desviar águas pluviais para as estradas, assim como, elevar o nível da faixa das estradas sem critério técnico e sem autorização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;

II – Transitar com tratores equipados com implementos de arrasto ou a realização de qualquer tipo de manobra, dentro das estradas, que possam danificá-las;

III – Alterar, desfazer ou comprometer qualquer serviço executado pelo município nas estradas sem prévia autorização por escrito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

IV – Coletar, retirar ou danificar materiais para fim desta lei sem prévia autorização por escrito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Art. 6º - Pelo descumprimento desta lei e independentemente da responsabilidade civil, criminal ou por improbidade administrativa, serão aplicados as seguintes penalidades:

Gabinete do Vereador Márcio Beraldo

I – Advertência por escrito, acompanhada de notificação para que as irregularidades sejam corrigidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

II – Multa de 6 (seis) a 10 (dez) UFM's, quando o infrator não sanar a irregularidade dentro do prazo fixado na notificação.

III – Embargo da Obra ou Serviço.

§ 1º - Em caso de primeira e segunda reincidências, a multa será aplicada respectivamente, em dobro ou em triplo em relação aos valores previstos no inciso II deste artigo, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

§ 2º - Considera-se reincidência, para os fins desta lei, o cometimento da mesma infração pela qual foi aplicada penalidade anterior dentro do prazo de 12 (doze) meses, contatos da atuação, por prática ou persistência da mesma infração, o que se der por último.

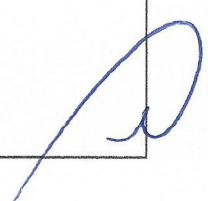
§ 3º - O prazo para pagamento da multa é de 30 (trinta) dias, sendo o valor respectivo inscrito em dívida ativa após o vencimento.

§ 4º - A penalidade e embargo de obra ou serviço executado em estradas principais de uso coletivo será aplicada quando a execução estiver em desacordo com a autorização ou licenciamento e persistirá até que seja regularizada a situação que a provocou.

Art. 7º - Compete a secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente fiscalizar e adotar as necessidades ao efetivo cumprimento desta lei.

Art. 8º - As despesas decorrentes da execução desta lei serão atendidas por dotação própria do orçamento municipal vigente, suplementadas se necessárias.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Vereador Márcio Beraldo

Termos em que pede deferimento,

Campo Largo, 13 de Setembro de 2017



Márcio Ângelo Beraldo
Vereador